



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 21/XIII/ 1.ª SL

Aos 02 dias do mês de março de 2016, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 15, 16, 17, 18, 19 e 20 relativas às reuniões dos dias 3, 10, 11, 12, 17 e 24 de fevereiro de 2016;
2. Apreciação e votação das Notas de Admissibilidade das Petições n.ºs 14/XIII/1.ª, da iniciativa da Associação Sindical dos Conservadores dos Registos - Consagração do direito fundamental à mobilidade no trabalho na Administração Pública - garantia de efetiva intercomunicabilidade entre a Administração Regional e a Administração Central na área dos Registos e Notariado - Integração na Lei do Orçamento para 2016 e 15/XIII/1.ª, da iniciativa da Associação Sindical dos Conservadores dos Registos - Fim da suspensão do pagamento do subsídio de fixação e do subsídio de compensação e do pagamento de passagens aos conservadores, notários públicos e oficiais dos registos e do notariado a exercerem funções na Região Autónoma dos Açores e aos conservadores, notários públicos e oficiais dos registos e do notariado a exercerem funções na Região Autónoma da Madeira por nomeação anterior a 2004;
3. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 1/XIII/1.ª - Programa especial de apoio social para a Ilha Terceira (ALRAA);
4. Fixação da redação final dos Projetos de Lei n.ºs 53/XIII/1.ª (PCP), 56/XIII/1.ª (BE) e 60/XIII/1.ª (PEV)] - Estabelece o direito a uma compensação por morte emergente de doença profissional dos trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio, S.A.;



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 21/XIII/ 1.ª SL

5. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 101/XIII/1.ª (BE) - Avaliação e criação de uma nova estratégia nacional para a integração de pessoas sem-abrigo;
6. Fixação da redação final dos Projetos de Lei n.ºs 3/XIII/1.ª (PS), 8/XIII/1.ª (PCP), 20/XIII/1.ª (PEV) 33/XIII/1.ª (BE) - Reposição de feriados nacionais, procedendo à décima alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro;
7. Fixação da redação final dos Projetos de Lei n.ºs 9/XIII/1.ª (PCP) e 104/XIII/1.ª (BE) - Repõe os complementos de pensão nas empresas do sector empresarial do estado;
8. Distribuição das seguintes iniciativas legislativas:
 - Projeto de Lei n.º 132/XIII/1.ª (BE) - Alargamento da competência inspetiva da ACT na Função Pública
Deputado autor do parecer: GP do PS;
 - Projeto de Lei n.º 133/XIII/1.ª (PCP) - Programa Urgente de Combate à Precariedade Laboral na Administração Pública
Deputado autor do parecer: GP do PSD;
 - Projeto de Lei n.º 134/XIII/1.ª (PCP) - Institui o Plano Nacional de Combate à Precariedade Laboral e à Contratação Ilegal
Deputado autor do parecer: GP do PS;
 - Projeto de Lei n.º 135/XIII/1.ª (PCP) - Combate a precariedade, impedindo o recurso a medidas públicas ativas de emprego, para responder a necessidades permanentes dos serviços públicos, empresas e outras entidades
Deputado autor do parecer: GP do BE;
 - Projeto de Lei n.º 137/XIII/1.ª (PCP) - Combate a precariedade laboral e reforça os direitos dos trabalhadores
Deputado autor do parecer: GP do CDS-PP;



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 21/XIII/ 1.ª SL

- Projeto de Lei n.º 138/XIII/1.ª (BE) - Integra representantes dos reformados, pensionistas e aposentados no Conselho Económico e Social (alteração à Lei n.º 108/91, de 17 de agosto)

Deputado autor do parecer: GP do PSD;

9. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo GP do PS para realização de audições ao Presidente do Conselho de Administração do Novo Banco e à Comissão Nacional de Trabalhadores do Novo Banco;

10. Outros assuntos.

-
1. Apreciação e votação das atas n.ºs 15, 16, 17, 18, 19 e 20 relativas às reuniões dos dias 3, 10, 11, 12, 17 e 24 de fevereiro de 2016;

Submetidas à votação, foram as atas aprovadas por unanimidade.

2. Apreciação e votação das Notas de Admissibilidade das Petições n.ºs 14/XIII/1.ª, da iniciativa da Associação Sindical dos Conservadores dos Registos - Consagração do direito fundamental à mobilidade no trabalho na Administração Pública - garantia de efetiva intercomunicabilidade entre a Administração Regional e a Administração Central na área dos Registos e Notariado - Integração na Lei do Orçamento para 2016 e 15/XIII/1.ª, da iniciativa da Associação Sindical dos Conservadores dos Registos - Fim da suspensão do pagamento do subsídio de fixação e do subsídio de compensação e do pagamento de passagens aos conservadores, notários públicos e oficiais dos registos e do notariado a exercerem funções na Região Autónoma dos Açores e aos conservadores, notários públicos e oficiais dos registos e do notariado a exercerem funções na Região Autónoma da Madeira por nomeação anterior a 2004;



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 21/XIII/ 1.ª SL

Foram aprovadas por unanimidade as respetivas notas de admissibilidade, as quais propõem que ambas as petições sejam arquivadas uma vez que as pretensões dos peticionários estão satisfeitas na íntegra, tornando-se inútil o seu prosseguimento.

3. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 1/XIII/1.ª - Programa especial de apoio social para a Ilha Terceira (ALRAA);

Foram aprovadas por unanimidade todas as sugestões constantes da Informação n.º 28 DAPLEN, de 15 de fevereiro, com exceção da proposta para o artigo 9.º do projeto de decreto, relativo à entrada em vigor. Assim, deve aquela norma conter o seguinte texto: "A presente lei entra em vigor com o Orçamento do Estado para 2016." Isto para acautelar a eventualidade de poder ser publicada depois do OE para 2016.

4. Fixação da redação final dos Projetos de Lei n.ºs 53/XIII/1.ª (PCP), 56/XIII/1.ª (BE) e 60/XIII/1.ª (PEV)] - Estabelece o direito a uma compensação por morte emergente de doença profissional dos trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio, S.A.;

Foram aprovadas por unanimidade todas as sugestões constantes da Informação n.º 34 DAPLEN, de 23 de fevereiro. No passado dia 20 de fevereiro, o Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) propôs a seguinte redação para o quadro constante do artigo 3.º: onde se lê 45-55 deve passar a ler-se Até 55. Esta proposta foi acolhida favoravelmente por todos os Deputados Coordenadores e aprovada por unanimidade em sede de redação final.

5. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 101/XIII/1.ª (BE) - Avaliação e criação de uma nova estratégia nacional para a integração de pessoas sem-abrigo;

Foram aprovadas por unanimidade todas as sugestões constantes da Informação n.º 36 DAPLEN, de 25 de fevereiro.

6. Fixação da redação final dos Projetos de Lei n.ºs 3/XIII/1.ª (PS), 8/XIII/1.ª (PCP), 20/XIII/1.ª (PEV) 33/XIII/1.ª (BE) - Reposição de feriados nacionais, procedendo à décima alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro;



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 21/XIII/ 1.ª SL

Foram aprovadas por unanimidade todas as sugestões constantes da Informação n.º 37 DAPLEN, de 25 de fevereiro.

7. Fixação da redação final dos Projetos de Lei n.ºs 9/XIII/1.ª (PCP) e 104/XIII/1.ª (BE) - Repõe os complementos de pensão nas empresas do sector empresarial do estado;

Foram aprovadas por unanimidade todas as sugestões constantes da Informação n.º 38 DAPLEN, de 25 de fevereiro.

8. Distribuição das seguintes iniciativas legislativas:

- Projeto de Lei n.º 132/XIII/1.ª (BE) - Alargamento da competência inspetiva da ACT na Função Pública
Deputado autor do parecer: GP do PS;
- Projeto de Lei n.º 133/XIII/1.ª (PCP) - Programa Urgente de Combate à Precariedade Laboral na Administração Pública
Deputado autor do parecer: GP do PSD;
- Projeto de Lei n.º 134/XIII/1.ª (PCP) - Institui o Plano Nacional de Combate à Precariedade Laboral e à Contratação Ilegal
Deputado autor do parecer: GP do PS;
- Projeto de Lei n.º 135/XIII/1.ª (PCP) - Combate a precariedade, impedindo o recurso a medidas públicas ativas de emprego, para responder a necessidades permanentes dos serviços públicos, empresas e outras entidades
Deputado autor do parecer: GP do BE;
- Projeto de Lei n.º 137/XIII/1.ª (PCP) - Combate a precariedade laboral e reforça os direitos dos trabalhadores
Deputado autor do parecer: GP do CDS-PP;
- Projeto de Lei n.º 138/XIII/1.ª (BE) - Integra representantes dos reformados, pensionistas e aposentados no Conselho Económico e Social (alteração à Lei n.º 108/91, de 17 de agosto)
Deputado autor do parecer: GP do PSD;



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 21/XIII/ 1.ª SL

Serão indicados posteriormente os Deputados autores dos pareceres das iniciativas supra identificadas.

9. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo GP do PS para realização de audições ao Presidente do Conselho de Administração do Novo Banco e à Comissão Nacional de Trabalhadores do Novo Banco;

O Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) apresentou o requerimento, previamente distribuído, explicando que, com as audições propostas, o GP do PS pretende reduzir o alarme social a respeito do eventual despedimento coletivo de cerca de 1000 trabalhadores do Novo Banco e dotar o parlamento de mais informação a respeito daquela matéria.

O Senhor Deputado Rui Riso (PS) usou igualmente da palavra para, na qualidade de Presidente do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (SBSI), informar que está em curso um plano de reestruturação (negociado em Bruxelas) no Novo Banco, concluído em cerca de 60%, e que faltará resolver a situação de cerca de 400 trabalhadores. Disse ainda que tem conhecimento de que a administração tentará evitar o despedimento coletivo. Finalmente, sugeriu que fosse também pedido o contrato assinado entre o Novo Banco e a equipa de juristas que acompanha aquele processo e que são remunerados por objetivos, o que, em sua opinião, põe em causa a confiança que se estabelece entre as partes negociadoras.

O Senhor Deputado Filipe Lobo D'Ávila (CDS-PP) começou por dizer que se trata de uma matéria muito sensível, que já foi objeto de acompanhamento por uma comissão de inquérito no Parlamento e que o CDS-PP votará favoravelmente as audições propostas no requerimento.

Também a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) disse que o GP do PSD está de acordo com a proposta de a Comissão proceder às audições propostas e que, eventualmente, poderá ser necessário ouvir outras porque, a concretizar-se, tratar-se-á do maior despedimento coletivo na banca portuguesa.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 21/XIII/ 1.ª SL

O Senhor Deputado José Soeiro (BE) manifestou a concordância do seu Grupo Parlamentar relativamente à matéria em apreço.

A Senhora Deputada Rita Rato (PCP) lembrou que, embora se trate de uma questão de emprego, tem impactos num sector específico. Propôs, num primeiro momento, que as audições se realizassem em conjunto com a COFMA. Verificando-se que esta sugestão não foi acolhida favoravelmente por todas as bancadas, designadamente por poder correr-se o risco de as audições serem esvaziadas e perderem importância devido às competências da COFMA, propôs, então, num segundo momento, que o Senhor Presidente informasse a Presidente da COFMA da sua realização, o que foi aceite por consenso.

O Senhor Presidente clarificou que cada grupo parlamentar pode fazer-se representar como entender nas audições em causa e que o eventual atraso no envio da documentação solicitada não pode servir de pretexto para qualquer adiamento.

Submetido à votação, foi o requerimento apresentado pelo GP do PS aprovado por unanimidade.

10. Outros assuntos.

O Senhor Presidente deu conta de solicitação, remetida pelo Gabinete do Senhor Presidente da Assembleia da República, de cedência do Auditório do Novo Edifício pela Associação Portuguesa de Deficientes para proceder à entrega dos prémios *Dignitas*, à semelhança do que já sucedeu no passado, no dia 3 de maio de 2016, entre as 09h00 e as 13h00, a qual mereceu uma informação favorável do Secretário-Geral. Não se tendo verificado qualquer oposição ao pedido formulado, o Senhor Presidente informou que essa informação seria transmitida de seguida ao gabinete do Senhor Presidente da Assembleia da República.

A reunião foi gravada, constituindo a [gravação áudio](#) parte integrante da presente ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 21/XIII/ 1.ª SL

A reunião foi encerrada às 12:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 março 2016.

O PRESIDENTE

FELICIANO BARREIRAS DUARTE



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 21/XIII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Carlos Monteiro
Carla Barros
Clara Marques Mendes
Feliciano Barreiras Duarte
Filipe Lobo D' Ávila
Isabel Pires
José Moura Soeiro
Maria das Mercês Borges
Paulo Duarte Marques
Pedro Roque
Ricardo Bexiga
Rita Rato
Rui Riso
Sofia Araújo
Susana Lamas
Tiago Barbosa Ribeiro
Wanda Guimarães
Álvaro Batista
Carla Tavares
Francisco Rocha
Manuel Rodrigues
Maria da Luz Rosinha
Marisabel Moutela
Pedro Alves

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Joana Barata Lopes
Joaquim Raposo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Luís Soares
Sandra Pereira
Sónia Fertuzinhos

